

Igreja fiscaliza Congresso

MARIA LIMA
Da Editoria de Política

Não será apenas através da Bíblia colocada na mesa diretora da Constituinte, no plenário da Câmara, que a Igreja se fará presente no acompanhamento dos trabalhos de elaboração da nova Constituição. Numa atitude de fiscalização de todos os passos e etapas que estão sendo percorridos pelos parlamentares responsáveis pelas atribuições constitucionais, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) montou uma verdadeira agência de notícias dentro do Congresso Nacional, patrocinada e executada por membros da Comissão de Justiça e Paz.

Além de um boletim semanal que é distribuído por representantes da CNBB em todo o Brasil, a Agência de Notícias Alternativa (ANA) produz diariamente matérias e entrevistas informativas sobre o andamento dos trabalhos constitucionais, distribuídas em nada menos que 145 canais de telex que chegam aos grandes centros ou nas mais distantes localidades do País.

O conteúdo ideológico dos textos contidos nos boletins semanais, bastante críticos, nada fica a dever a pesados discursos dos militantes de esquerda. É claro que, dirigido aos constituintes, a Igreja pretende mesmo é influenciar no resultado final, imbuindo as doutrinas que defende em textos subjacentes. O próprio padre Virgílio Leite Uchôa, um dos coordenadores da ANA, admite a intenção da Igreja, que se organizou o melhor possível, inclusive com a montagem de uma rádio nas dependências da CNBB. Ele diz que a Igreja também pode emprestar suas propostas; transformá-las em lei será tarefa dos parlamentares. "Mas nosso trabalho não pode ser confundido com um lobby", justifica o padre.

Preocupados não só em atingir deputados e senadores constituintes, os redatores da ANA sentem também a necessidade de esclarecer leitores mais distantes, com uma linguagem bem acessível, todo o esquema de forças que sustenta o processo constitucional.

Para explicar a situação política do País e o contexto dentro do qual se desenvolvem os trabalhos da Constituinte, no boletim nº 5, por exemplo, sob o título "Marasmo preocupante", diz o texto: "Esse esquema de poder consiste em uma aliança de três forças. A facção militar que abrigou a linha dura a aceitar a transição do autoritarismo para um Estado de direito; o PMDB, que liderou a frente democrática, aglutinadora da luta contra o autoritarismo, e que garante a sustentação popular e eleitoral do Governo; e os dissidentes de última hora do "sistema de 64", agrupados no PFL. Há uma luta de poder entre estas três forças e essa luta explica os embates concretos, que estão ocorrendo no cenário político: a discussão do regimento interno da Constituinte, a postura do Governo diante da crise econômica, a recidiva do autoritarismo, que tanta preocupação vêm causando".

O tom didático emprestado ao conteúdo político dos boletins é responsabilizado, dentre outras, do professor de Ciências Políticas da UnB, Nilsen Pires, que integra o corpo de redatores da ANA, que conta ainda com colaboradores como o ex-deputado João Gilberto, uma das estrelas do direito constitucional no Brasil.

"Nossa linguagem não pode ser acadêmica nem doutrinária", explica o padre Virgílio. "Sem proselitismo, deve ser um instrumento de compreensão do contexto dos fatos que estão acontecendo no processo constituinte. Temos de analisar fatos de ordem política, o que é diferente da posição da Igreja.

A CNBB montou também uma estrutura invejável para a divulgação dos noticiários da ANA em todo o País. Cerca de 5 mil dioceses brasileiras, incluindo as Comissões Pastorais da Igreja, se encarregam de distribuir e divulgar a produção da agência noticiosa católica.

"Nós temos ainda assinantes dos nossos boletins", completa padre Virgílio, "não temos nem idéia de quantos leitores, mas não temos a pretensão de concorrer com os meios de comunicação ou outras agências de notícias particulares. O que queremos é, com nossas informações, participar da formação da opinião pública sobre tudo que envolve a Constituinte, o que não significa que iremos defender só os interesses da Igreja, mas as aspirações da sociedade como um todo, já que a Constituição é pluralista.